

**VII Encontro Nacional de Estudos do Consumo**  
**III Encontro Luso-Brasileiro de Estudos do Consumo**  
**I Encontro Latino-Americano de Estudos do Consumo**

**Mercados Contestados – As novas fronteiras da moral, da ética, da religião e da lei**  
24, 25 e 26 de setembro de 2014  
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (Puc-Rio)

**Título do Trabalho**

Autor: Ivette Tatiana Castilla Carrascal<sup>1</sup>

**Resumo**

No contexto de surgimento de novos mercados de proximidade, onde os movimentos sociais têm um papel importante, objetiva-se apresentar na primeira parte do trabalho diversas contribuições teóricas da sociologia de mercados que nos ajudem a entender como os movimentos sociais constroem mercados ou incidem sobre eles. Alguns autores analisam movimentos sociais de diversas naturezas, desde os que se inserem nas corporações para realizar as mudanças, até os que realizam protestos contra os impactos de grandes companhias na saúde das comunidades.

É também propósito deste trabalho refletir sobre algumas experiências que podem se aproximar em alguns casos e se afastar, em outros, dessas premissas colocadas por diversos autores.<sup>2</sup> O interesse em analisar como os movimentos sociais constroem mercados surge do contato direto com experiências de circuitos, feiras onde os produtores consumidores além de estar comprometidos com alguma atividade em favor do melhoramento da qualidade de vida, estão inseridos nos próprios movimentos e suas práticas.

**Palavras-chave:** Mercados de proximidade; Movimentos Sociais; Construção social de mercados.

---

<sup>1</sup> Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Estudos Comparadas das Américas – CEPPAC – Universidade de Brasília UnB. Email: tatianacastillac@yahoo.com

<sup>2</sup> Neste caso, é preciso lembrar, trata-se apenas de algumas inferências, uma vez que os dados apresentados carecem de maior concretude, que acreditamos poder oferecer após pesquisa de campo a ser realizada neste ano corrente.

## 1. Introdução

Cada vez mais pequenos agricultores têm se organizado em redes, associações, organizações e movimentos sociais para juntar forças e fazer frente aos processos de dominação dos grandes sistemas agroalimentares. Estas redes se formam junto com os consumidores e outros atores interessados na qualidade dos alimentos, na produção e consumo sustentável. No interior dessas redes se identificam experiências de construção de novos mercados, de incidência nas políticas governamentais para conseguir espaços de comercialização e venda. Percebemos que estas redes se organizam junto a diversos movimentos sociais que incentivam alguns processos e fortalecem as identidades no interior dos grupos.

Emergem assim novos mercados entre as brechas do mercado convencional e como afirma Jan Douwe van der Ploeg et al. (2012), a emergência desses novos mercados não é resultado do voluntarismo, senão, resultado do desenvolvimento dos principais mercados para os produtos agrícolas os quais cada vez mais têm sido governados pelos grandes impérios de alimentos.

É importante notar que estes novos mercados de proximidade emergentes têm características específicas. Segundo Ploeg et al. (2012) a primeira é que estão imbricados ou “próximos” no marco normativo e formas associadas de governança, os quais têm suas raízes nos movimentos sociais, marcos institucionais e ou programas de políticas dos quais eles emergem. Estes mercados também estão frequentemente relacionados com recursos locais e regionais e o mercado regional é muito importante mas não é a saída exclusiva. Como terceira característica, estes novos mercados estão frequentemente apoiados por agências estatais e envolvem a redistribuição de recursos para atingir objetivos específicos. E os diferentes mercados estão interligados através da natureza multifuncional dos empreendimentos rurais, que também se interconectam a nível territorial.

Nesse contexto de surgimento de novos mercados de proximidade, onde os movimentos sociais têm um papel importante, objetiva-se apresentar na primeira parte do trabalho diversas contribuições teóricas da sociologia de mercados que nos ajudem a entender como os movimentos sociais constroem mercados ou incidem sobre eles. Alguns autores analisam movimentos sociais de diversas naturezas, desde os que se inserem nas corporações para

realizar as mudanças, até os que realizam protestos contra os impactos de grandes companhias na saúde das comunidades.

É também propósito deste trabalho refletir sobre algumas experiências que podem se aproximar em alguns casos e se afastar, em outros, dessas premissas colocadas por diversos autores.<sup>3</sup> O interesse em analisar como os movimentos sociais constroem mercados surge do contato direto com experiências de circuitos, feiras onde os produtores consumidores além de estar comprometidos com alguma atividade em favor do melhoramento da qualidade de vida, estão inseridos nos próprios movimentos e suas práticas.

## **2. Movimentos sociais e mercados: contribuições teóricas.**

Beckert (2009) define os mercados como arenas de interação social, os quais só podem operar se três problemas inevitáveis de coordenação são resolvidos. Estes problemas são o do valor, da competição e da cooperação. Para Beckert esses problemas somente podem ser resolvidos se os atores do mercados se basearem em expectativas recíprocas, que têm sua base na estrutura social, institucional e cultural imbricada nos mercados. Ele enfatiza que a sociologia dos mercados busca investigar como a ação do mercado é estruturada por essas macro-estruturas e examina seu dinâmico processo de mudança.

Segundo Gendron (2006) o mercado mais do que o Estado passa a ser objetivo central de atuação dos chamados novos movimentos sociais econômicos. Segundo Portilho (2009, p.7) os movimentos orientados ao mercado procuram definir as relação produtor-consumidor e para isto dependem da politização do consumo tanto na esfera domestica convencional quando na esfera institucional em que Estado, empresas, ONG's e outras organizações passem a ser consideradas consumidores, dentro do enfoque do consumo organizacional.

Estudos como o de King e Pierce (2010) observam as mudanças institucionais e inovação dos mercados, influenciadas pelo papel que a controvérsia que colocam os movimentos sociais pode trazer. Essa controvérsia do mercado ajuda a refazê-los, modificá-los ou criar outros mercados. Segundo os autores, os mercados são contestados por atores que estão insatisfeitos

---

<sup>3</sup> Neste caso, é preciso lembrar, trata-se apenas de algumas inferências, uma vez que os dados apresentados carecem de maior concretude, que acreditamos poder oferecer após pesquisa de campo a ser realizada neste ano corrente.

com os seus resultados e usam o mercado como uma plataforma para a mudança social.

King e Pierce (2010) citam a McAdam (1996) quando afirmam que movimentos sociais representam lutas orientadas às mudanças por parte de grupos que têm um acesso desigual ao poder ou que se opõem ao status quo. Se trabalhos teóricos sobre movimentos sociais tendiam, até o final da década de 1990, segundo MacAdam, a considerá-los como opositores ao Estado, os trabalhos mais recentes apontam para outra direção, indicando que de fato muitos movimentos orientados ao mercado têm procurado intervenções estatais para prevenir que os mercados causem resultados econômicos nocivos.

Para os autores muitas das novas pesquisas dos movimentos sociais nos mercados estão focadas nas intervenções diretas dos movimentos nos mercados em vez de tentar obter mais regulamentação governamental. Essas novas pesquisas continuam reconhecendo a inter-relação entre os governos e os mercados, mas o Estado tem menos destaque. Os autores mostram como movimentos sociais constituídos relativamente de pouco poder não precisam exclusivamente da "benevolência" do Estado para combater as condições abusivas do mercado. Por exemplo, cada vez mais os movimentos têm tomado como estratégia, ações diretas contra os negócios: os movimentos de operários que carecem de acordos coletivos determinados pelo Estado; movimento camponês que se mobiliza junto com os indígenas, em vez de tentar se sindicalizar.

As contribuições destes autores também colocam o papel dos movimentos sociais como ferramenta para alterar os mercados já existentes, seja desafiando às corporações, criando sistemas transnacionais de regulação privada ou criando alternativas de mercado através do empreendimento institucional. King e Pierce (2010) nos mostram que os atores de movimentos sociais podem escolher criar novas alternativas de mercado fora das grandes organizações. Para eles a produção de um novo mercado ou de novas formas organizacionais contempla recriar as possibilidades em que ditos mercados podem ser usados. Segundo os autores, o sucesso da criação de alternativas de mercado através dos empreendimentos estaria na habilidade dos mesmos de mobilizar recursos coletivos e identidades e legitimar novas categorias.

A mobilização da identidade de oposição e reação à concentração de poder realizada pelas

mudanças criam oportunidades políticas para a emergência de novos nichos de mercado. Os indivíduos nem sempre chegam por si mesmos a ter esses valores que estão orientados para as mudanças sociais, mas os movimentos sociais podem ativamente socializar com os indivíduos e criar comunidades de empreendimentos comprometidos com a mudança social. (Sine, Lee 2009).

King e Pierce (2010) reforçando essa posição afirmam que para legitimar novas categorias de mercado a controversia é fundamental e envolve a concepção dos processos que impregnam novas categorias com uma ressonância cultural e a construção de novas práticas associadas. As corporações são desafiadas ou tentam ser mudadas, segundo os autores, pelo poder e influência excessiva que elas têm sobre as regras que definem como os mercados operam. Apesar de que nem sempre estas têm os mesmos interesses ideológicos, compartilham o interesse em manter os baixos custos do mercado de trabalho e baixa regulação e taxas fiscais, e quando além disso, essas corporações atuam numa frente única, a habilidade dos atores que estão tentando mudar os mercados é fortemente prejudicada.

Apesar desse contexto, segundo Soule (2009) apud King e Pierce, pesquisadores têm identificado vários mecanismos de compensação que têm ajudado ativistas a minar o poder das corporações. O primeiro mecanismo, segundo King e Pierce (2010), se constitui quando os movimentos sociais estão dentro das organizações. Nesses casos os movimentos são menos controversos e politizados a fim de conseguir as mudanças desejadas.

Outros mecanismos de compensação segundo os autores são táticas extrainstitucionais, que podem ser pelo menos de duas formas, persuasivas ou disjuntivas. As táticas persuasivas comunicam as mensagens dos movimentos à audiência e convencem terceiros da necessidade imediata de mudança. Já as táticas disjuntivas são consideradas aquelas táticas subversivas como *boycotts* ou protestos que desestabilizam as elites e, segundo Luders (2006) apud King and Pierce (2010), alteram a capacidade do alvo de realizar seus próprios objetivos e utilizar seus recursos eficazmente.

Segundo os autores, estas táticas se complementam na prática e aquelas que geram mais atenção da mídia e são retoricamente convincentes são mais exitosas e trazem novos participantes para o lado da causa. Mas táticas que geram muita atenção podem também

causar mais dano na sua reputação o que pode provocar o distanciamento de outros atores dos próprios movimentos e levem consigo recursos valiosos.

Por outro lado, as contribuições de King e Pierce (2010) sobre o papel dos movimentos sociais para alterar os mercados já existentes, coloca a criação de sistemas transnacionais de regulação privada como outra ferramenta. Estes sistemas transnacionais de regulação podem se referir entre outras coisas, às certificações dadas às companhias que aderem a altos *standars*, estas certificações são dadas por associações para promover um comportamento corporativo responsável. Campanhas anti corporações que usam táticas como os boycotts, algumas vezes evoluem para sistemas privados de regulação. Ou também pode tomar a forma de fundos de investimentos de responsabilidade social, que são índices de ações criadas por investidores que partilham valores semelhantes.

Por outro lado, dialogando com estes sistemas de classificação, Aspers e Beckert (2011) ressaltam que os atores do mercado classificam e categorizam os bens, o que lhes permite distinguir seu valor com relação a outros. Os autores mencionam o marco analítico conceitual de Lucien Karpick, quem desenvolveu os mecanismos que podem ser aplicados para determinar a qualidade dos bens singulares nos mercados. Com estes mecanismos, Karpick se refere aos dispositivos de julgamento, que são “marcos para a ação individual e coletiva” (Karpick 2010:44).

Esses marcos dissipam a opacidade do mercado por meio da redução dos déficits cognitivos dos atores do mercado, resultado do conhecimento incompleto dos produtos e fornecendo motivos para suas escolhas. Os dispositivos de julgamento criam uma ordem nos mercados sinalizando as diferenças na qualidade dos produtos e entre o status dos produtores. Karpick elenca cinco tipologias de dispositivos para classificar bens e serviços que são: as redes pessoais, os cicerones, as confluências, os rankings e as denominações. Resumimos as contribuições de Karpick na Tabela 1.

Tabela 1. Dispositivos de Julgamento (elaboração própria baseado no texto do Beckert 2009).

<b>Dispositivos de Julgamento*</b>	
<b>Redes pessoais</b>	O primeiro dispositivo são as redes pessoais, essas segundo o autor provêm aos atores com informações credíveis e fiáveis. São usadas redes de amigos ou colegas como guias para avaliar a qualidade, o que algumas vezes é chamado de capital social.
<b>Cicerones</b>	O segundo dispositivo são os <i>cicerones</i> , estes são as críticas e livros guia que “encarnam uma suave forma simbólica de autoridade”. (Karpick 2010:46) e influenciam a avaliação da qualidade de diferentes ofertas. (guias de viagem, revistas de carros, guias de restaurantes).
<b>Confluências</b>	O terceiro dispositivo de julgamento é a confluência, que são as técnicas usadas por firmas para mudar compradores. Por exemplo, o merchandise nos supermercados.
<b>Rankings</b>	O quarto são os conhecidos rankings, estes incluem listas de bestsellers, rankings para jornais acadêmicos, universidades, mercado do vinho, entre outros.
<b>Denominações</b>	Finalmente as denominações, que são todo tipo de selos como designações de origem, certificações, marcas, e títulos profissionais. Estes fornecem sinais de qualidade emitidos por terceiros e, portanto, certificam que um produto tem uma certa origem e é produzido de acordo com certos standards - por exemplo, os produtos de Comércio Justo.

Schiller-Merkens (2013) destaca dois dispositivos de categorização cuja adoção ajuda na emergência de mercados com significado. O primeiro deles se refere a quando o mercado acontece na fronteira de vários movimentos sociais, neste caso, a estrutura dos movimentos que predomina na categorização, é o que levou às mudanças na agenda política, suas crenças e práticas sociais na sociedade. O segundo dispositivo se refere a quando as estruturas dos

movimentos sociais são adotadas na arena econômica dos mercados, e os agentes de mercado tendem a discutir soluções mais que discutir questões problemáticas. Segundo Schiller-Merkens (2013), muitos dos recentes avanços nos temas de mercado ganham seu significado a partir de valores morais sedimentados originalmente nas esferas dos movimentos sociais.

Muitos estudos se referem ao ativismo como uma força perturbadora nos mercados existentes ou usam a literatura dos movimentos sociais para conceptualizar a criação de mercado como um proceso de mobilização coletiva. (e.g. Fligstein, McAdam, 2012). No entanto, não se sabe muito sobre o papel dos movimentos sociais como fornecedores de cultura material para a estruturação cultural dos mercados, em particular se as compreensões morais voltam para o antigo ativismo e compartilham a categorização de mercado emergente.

Schiller-merkens (2013) desenvolveu um trabalho onde o foco está nas estruturas culturais do mercado, que para ele são: os significados, as crenças compartilhadas e os valores que guiam os processos de intercâmbio no mercado. Merkens faz uma pesquisa no mercado da moda "ética" no Reino Unido, roupas e sapatos que são desenhados, tecidos e manufaturados de forma social e ambientavelmente sustentável. Esse mercado se desenvolve na interseção entre o mercado estético, a indústria da moda e a esfera moral de vários movimentos sociais.

Segundo Wilkinson (2002) os mercados de proximidade apresentam desafios no momento em que acontece a ruptura entre esses mercados com circuitos curtos de comercialização e as redes sociais maiores. Pois devem-se recorrer caminhos para adaptar os produtos às exigências de mercados impessoais e capacitar os produtores para entrar nesses mercados.

As exigências desses mercados "impessoais" vem por parte de diversos atores, os consumidores, os intermediários, entre outros. Nos mercados de proximidade as exigências também existem, mas podem ser de maneira informal, como por exemplo o consumidor que compra todo fim de semana numa feira agroecologia, e não precisa de selo ou rótulos para ter certeza que os produtos são verdadeiramente agroecológicos. Esta relação se fundamenta na base da confiança e do conhecimento do outro.

Os movimentos sociais têm um papel na luta política para o uso de dispositivos de julgamento específicos. Segundo Beckert (2009) o valor depende da avaliação contingente de qualidade

do produto, por isso a classificação de bens é parte de uma luta de mercado. A classificação dos bens não é só uma forma de coordenação, mas também de distribuição. Em sua obra, Beckert mostra como diversos tipos de estruturas sociais como as redes, instituições, convenções, têm um papel na atribuição de valor e de preços dos produtos, bem como essas estruturas atualmente desempenham um processo de ação, focando atenção nas práticas sociais e preparando o terreno da pesquisa sociológica do valor.

### **3. Movimentos Sociais e Mercados na Região Andina**

Vivemos uma crise alimentar cujos fatores se agravam mais numas regiões que em outras, fatores como o grande número de importações de alimentos, a pouca valoração dos produtos nacionais, o consumo por meio de muitos intermediários. Além disso o exorbitante preço dos alimentos que segundo Kuan C. (2009), provavelmente se deve à subida dos preços do combustível, a remoção de áreas de cultivo fértil para a produção de plantas para biocombustíveis e a redução de alimentos devido ao câmbio climático, entre outros fatores.

No caso dos países andinos segundo a CAN (2011) se reconhece que os altos índices de desnutrição, malnutrição e insegurança alimentar, têm mais a ver com o problema do acesso e “bom uso” dos alimentos, do que com a disponibilidade dos mesmos. Por isso a soberania e a segurança alimentar<sup>4</sup> na região andina vem sendo uma das mais importantes pautas dos atores da sociedade civil, principalmente movimentos agroecológicos e também por parte de alguns governos e organismos de integração como a CAN<sup>5</sup>.

Segundo Heinish (2013), a Soberania Alimentar<sup>6</sup> é um conceito que vem sendo usado desde 1996, quando foi introduzido pela Via Campesina<sup>7</sup> na Cúpula contra a fome da FAO naquele

---

<sup>4</sup> A Segurança Alimentar se preocupa com dar conta da quantidade necessária de alimentos sanos que a população precisa para se alimentar e se nutrir. Por outro lado, a soberania alimentar tem a ver com o controle dos fatores que intervêm na cadeia de produção dos alimentos, como os processos genéticos e as condições produtivas.

<sup>5</sup> A CAN vem impulsando nos quatro países membros a Agricultura Familiar Agroecológica Campesina (AFAC).

<sup>6</sup> Para ver um conceito aprofundado de Soberania Alimentar, ver: HEINISCH, Claire. “Soberania Alimentaria: un análisis del concepto”. In: Comercialización y soberanía alimentaria / Editores: Francisco Hidalgo, Pierril Lacroix y Paola Román - Quito: SIPAE, 2013.

<sup>7</sup> La Via Campesina, é um movimento internacional que agrupa a 150 organizações que representam 200 milhões de camponeses (homens e mulheres rurais, sem terra, indígenas, migrantes e trabalhadores agrícola).

ano. É o direito dos povos, países, regiões a definir sus próprias políticas agropecuárias e de produção de alimentos, conceito complementar ao conceito de Segurança Alimentar que apareceu nos anos 70. A Soberania Alimentar é apresentada como alternativa às políticas neoliberais, visando um comércio internacional mais justo que prioriza uma produção agrícola local para alimentar às populações. Ainda segundo Heinisch as populações participam na eleição das políticas agrícolas e alimentícias e se reconhece o direito dos camponeses a produzir alimentos e receber um preço justo, assim como o direito dos consumidores a escolher seus alimentos com preços acessíveis.

Por outro lado, nesses países da região andina têm surgido experiências de redes econômicas solidárias, de circuitos alternativos de comercialização, para tentar inserir as organizações de pequenos produtores nas economias locais. Economias camponesas e indígenas, com suas particularidades, se organizam e articulam em redes de carácter local, nacional e internacional. Possibilitam manter um diálogo e colaboração com atores de diversos movimentos sociais. Além disso, as articulações em redes incrementam a capacidade de incidir nas instituições públicas e nas entidades de cooperação internacional.

Segundo Cheng (2014), na região andina são, paradoxalmente, os mesmos produtores de alimentos os mais vulneráveis à insegurança alimentar, ao não poder manter em condições favoráveis sistemas agro diversos nas suas terras e não obter renda suficiente da venda dos seus poucos produtos no mercado. Apesar de ser a agricultura familiar a principal fornecedora de alimentos nas zonas rurais e urbanas, enfrenta problemas de acesso ao mercado. Segundo o autor, ao ver detalhadamente a forma e as condições de venda em que chegam os produtos desde os agricultores até os consumidores, se constata que o sistema predominante é o dos circuitos longos de comercialização, os quais têm um alto número de intermediários, uma baixa diversidade nos produtos.

Esta exclusão do mercado, que tem sido histórica para a agricultura camponesa andina, afeta não só o acesso à terra, mas também à água, ao crédito, à educação formal, provocando em muitos casos extensas migrações, especialmente nas últimas décadas, para as cidades. Como uma das consequências desse fenômeno Cheng (2014) afirma que tem se reduzido a produção

---

Tem como objetivo principal a defesa e o reconhecimento da soberania alimentar. Outros temas de trabalho são a reforma agrária, a biodiversidade, recursos genéticos, mulheres campesinas, direitos humanos, entre outros.

de alimentos próprios da cultura andina como grãos, tubérculos andinos e leguminosas, acrescentando outro fator às mudanças alimentares na população.

Como alternativa aos circuitos longos e aos seus efeitos, algumas iniciativas têm sido desenvolvidas. Vários movimentos sociais e organizações vem criando e incentivando propostas de circuitos curtos como feiras, mercados de produtores, *canastas*, onde os produtos chegam de maneira direta para os consumidores. Isto muitas vezes se constitui numa saída viável para a geração de ingressos nos territórios andinos.

Os circuitos curtos, segundo a definição de Chaffote e Chiffolleau (2007), trazida por Darolt (2013), são os circuitos de distribuição que mobilizam até no máximo um intermediário entre o produtor e o consumidor. Assim podem ser distinguidos dois casos, um que é a venda direta e outro que é a venda via um único intermediário. Este intermediário pode ser outro produtor, uma associação, cooperativa, loja, restaurante ou minimercado local.

Segundo Darolt (2013), nos circuitos curtos os produtores têm maior autonomia, pois o produtor que vende num circuito longo normalmente está ligado a empresas que controlam o que, quanto e como produzir. Nos circuitos curtos a gama de produtos é em geral diversificada, e nos circuitos longos é mais provável que o planejamento da produção e comercialização seja especializado a um ou dois produtos.

#### **4. Agrosolidaria e o Messe:**

Como experiências concretas trazemos a Agrosolidaria da Colômbia e o Messe do Equador<sup>8</sup>. Estas são experiências que nascem desde os movimentos da Economia Solidária, a Agroecologia e o Comércio Justo, com objetivos que confluem no melhoramento das condições de vida da população rural e urbana. A construção de mercados em duas realidades tão diferentes em alguns aspectos e tão semelhantes em outros desperta o interesse em conhecer e compreender estas iniciativas.

Agrosolidaria nasce desde 1994 com o incentivo da Asociación para el Desarrollo Sostenible

---

<sup>8</sup> Por ora, dispoe-se, de informações fornecidas pelos próprios empreendimentos em sites, documentos institucionais, documentos de congressos, entre outros.

– Semillas, quem inicia o desenvolvimento e validação de dois programas<sup>9</sup> de desenvolvimento local e regional. Após isto, agrosolidaria começou com uma estrutura nas cidades de Tibasosa e Sogamoso, e depois se expandiu a outros municípios do Departamento de Boyacá. Segundo Mario Bonilla, diretor de Agrosolidaria, na zona andina colombiana existe uma cultura solidária agroalimentaria pela densidade da população camponesa. Motivo pelo qual se expandiu para outros Departamentos além de Boyacá, como Nariño, Cauca, Huila, Tolima, Risaralda, Valle del Cauca, Caldas, Quindío, Boyacá, Santanderes e Cundinamarca. Em contraste, nos departamentos da Costa Atlántica, Orinoquia, Caquetá, Amazonas, e o Putumayo tem sido mais difícil a consolidação da agrosolidaria devido ao desenvolvimento do conflito armado.

Agrosolidária é uma das principais organizações que faz parte do movimento agroecológico e da economia solidária na Colômbia. Na base destes dois movimentos e seus princípios é que agrosolidaria se constitui e se organiza. Uma das principais inovações para a construção de mercados que Agrosolidária tem é, segundo eles, a introdução de um modelo organizacional com base em outras experiências da América Latina como as de Equador, Guatemala, Venezuela e Argentina.

Segundo Restrepo (2013) agrosolidaria nasce de várias experiências latinoamericanas que também se propuseram gerar bem-estar nas zonas rurais; experiências como a de Maquita Cusunchic, Comercializando como Hermanos, Salinerito no Ecuador; a Central de Servicios Cooperativos do Estado Lara, em Barquisimeto, Venezuela (CECOSESOLA); a Red de Comercialización Comunitária (COMAL) em Honduras; a Unión Argentina de Trabajadores Rurales y Estibadores (UATRE), entre outras. Estas experiências lhes proporcionaram as ferramentas para conformar uma organização que conseguisse que os trabalhadores do campo vivessem dignamente.

Agrosolidaria organiza suas atividades em cinco elos básicos que são o microcrédito, a produção, a transformação, distribuição e o consumo de alimentos e artesanato, além de turismo comunitário e ecológico que vem se fortalecendo. Tem um modelo descentralizado de trabalho que tem fortalecido a inter - dependência, descentralização e desenvolvido um

---

<sup>9</sup> Os programas foram: “Programa de Socioeconomia Solidaria “Venga essa mano, paisano” y Programa de Ecologia “Semillas del Mundo”.

autogoverno liderado pelas comunidades.

Todos esses elos se integram para formar um grande Circuito Econômico Solidário, que hoje se encontra em 17 departamentos, 104 municípios, 130 seccionais com suas federações de operação autônoma. No interior de cada unidade da Agrosolidaria estão os grupos associativos que realizam reuniões dependendo do elo do circuito econômico agroalimentício no que se encontrem.

O primeiro elo é o do Microcrédito, nele estão os fundos locais auto geridos e que têm como objetivo melhorar as condições de trabalho das Unidades Produtivas Familiares associadas. O segundo elo é o da Produção, nele se desenvolvem os cultivos e sistemas pecuários das Unidades Produtivas Familiares Associadas.

Um terceiro elo é a Transformação dos produtos, onde estão as máquinas de trabalho para processar produtos frescos. O quarto elo do circuito econômico é o da distribuição, nele as equipes de trabalho mantêm contato com os produtores, processadores, consumidores solidários e empresas compradoras externas ao Circuito Econômico Solidário. O quinto e último elo é o do consumo solidário. Neste elo estão os grupos de pessoas que representam as unidades familiares, e compartilham um território comum.

De todos esses espaços que Agrosolidária tem conseguido ao longo desses anos, podemos ressaltar a "Red Colombiana de Ecomercados de Comércio Justo Campo-Ciudad" e também a Feira de Abastecimento Familiar *Cosecha de Amigos*. Esta é uma rede comunitária de Comércio Justo, que mediante pontos de venda estacionários e serviço móvel de oferta de alimentos, abastece a famílias urbanas e rurais, a instituições, empresas e a programas de segurança alimentar.

Por outro lado, o Messe é o Movimento de Economia Solidária do Equador, conformado desde 2005 por várias organizações, se define como um colectivo social de presença nacional que articula, compartilha e fortalece as iniciativas de atores e práticas e experiências da economia solidária, respeito à natureza e ao ser humano. Promove e constrói diálogos, conhecimentos e saberes mediante os aprendizados comunitários. Gera, difunde e posiciona propostas ao nível local, nacional, regional e global para transformar a sociedade.

O Messe está organizado em três zonas, norte, centro e sul do Equador. E cada zonas tem seus dinamizadores e articuladores que fazem parte dos grupos de produtores. Desde 2010 o Messe vem organizando os Circuitos Econômicos Solidários Interculturais que são os CESI são espaços de articulação das práticas e atores da economia solidária relacionados aos campos de: produção sã, finanças solidarias, o comércio justo, o consumo responsável, os que realizam pôs consumo, o turismo comunitário, a saúde ancestral, que se adscvem aos princípios da economia solidaria e que decidem se articular para satisfazer necessidades fundamentais, do ser humano e construir una sociedade de cultura de la paz, é dizer, o fomento do Bem Viver.

Como parte desses circuitos interculturais se encontra a experiência da Canasta<sup>10</sup> Utopía de Riobamba (Chimborazo), na Serra central do Ecuador. Esta experiencia surge desde 1987 na periferia da cidade, como alternativa ao acesso à comida a um menor custo e para a diversificação da dieta alimentar. No começo foram 25 famílias e atualmente são aproximadamente 100 famílias que a integram. A fundação Utopia que faz parte do Messe e incentiva a Canasta, tem comprovado que o custo da canasta como é vendida, por 10 dólares, pode chegar a costar no mercado convencional até 18,5 dólares, quer dizer um incremento de até 85% do valor real.

A Canasta Utopía acontece os sábados cada 15 dias, e días antes pessoas 18 pessoas voluntárias reúnem o dinheiro para comprar os produtos da canasta (10 dólares), com esse dinheiro se compram 25 itens para cada família e se embalam as canastas. O 40% dos produtos vem diretamente de grupos de camponeses e o 60% provem do mercado de atacado e da feira cidadã. A Canasta Comunitaria já se realiza desde faz 27 anos, e a sua experiência tem se multiplicado em outras cidades do Equador, desde o ano 200 que teve mais impulso. Cidades país como Otavalo, Guayaquil, Cuenca, Machala, Santo Domingo, Quito e Ibarra tem adaptado seu modelo.

Segundo Ruiz (2009), as canastas surgiram de forma espontânea com base em princípios religiosos e humanos, como a fe, solidariedade e busca de bem-estar e otimização dos recursos ecomicos. Para eles é uma inovação organizativa para enfrentar o sistema convencional de consumo e o sistema de comercialização.

---

<sup>10</sup> O conceito de Canasta é similar ao que em português se conhece como Cesta Básica.

Atualmente as Canastas conformam uma rede nacional formalizada como “Rede Terra e Canasta” numa convenção celebrada em abril de 2008 (Kirwan, 2008). Este movimento das canastas tem sua origem na necessidade, assim mínimamente as canastas comunitárias proporcionam uma rede de segurança para as populações marginadas (Kirwan, 2008).

## **5. Considerações Finais:**

Algumas redes e circuitos curtos na região andina usam dispositivos de julgamento para valorizar os seus bens e diferenciá-los de, por exemplo, produção que não é agroecológica ou orgânica. Ou ainda, certificados de comércio justo que são dados para organizações, para algumas matérias primas, ou para produtos em geral, depois de cumprir com um procedimento que o habilita para tal fim. E também “certificados de terceira parte”, de “sistemas participativos de garantia”, entre outros.

Nas experiências que apresentamos, sabe-se que Agrosolidaria caminha para a consolidação de sistemas participativos de garantia e algumas associações usam certificações de terceira para a avaliação dos produtos. Agrosolidaria vem se organizando em um sistema inovador de governança, o que favorece que os processos aconteçam simultaneamente em várias seccionales e que se estimule tanto ao produtor, como aos produtores-consumidores, ou prosumidores para usar o termo que é dado pela própria organização, pois para Agrosolidaria os produtores tem esse duplo papel no fortalecimento dos mercados.

Além disso tanto o Messe como Agrosolidaria apresentam a forma de circuitos económicos solidários, ou circuitos interculturais, como formas de organizar não somente a comercialização de produtos e serviços senão também como uma ferramenta para fortalecer a sua cultura, sua identidade como grupos e comunidades.

Com a experiência das canastas comunitárias que acontecem por incentivo do Movimento de Economia Solidária do Equador, podemos ver que o consumo tem um papel principal na construção destes novos mercados. Além de prover alimentos mais baratos às famílias, incentivam a transição para a agroecologia, para quem é produtor, e para quem é consumidor,

é crescente a preocupação de saber de onde vem seus alimentos e por isto procuram cada vez mais produtos agroecológicos.

As experiências de construção de mercados que apresentamos fazem parte de diversos movimentos sociais como foi mencionado, do movimento agroecológico, de economia solidaria e de comércio justo principalmente, e nascem com o objetivo de promover e incentivar o desenvolvimento rural e urbano de comunidades em situação de vulnerabilidade. Estas experiências têm se concentrado na criação de mercados próprios, fora do mercado hegemônico, criação de novos nichos de mercados usando todo tipo de estratégias, ferramentas e mecanismos, tanto a experiência das canastas comunitárias como a construção de circuitos agrosolidarios fortalecem a construção de mercados alternativo.

Não entanto, ressalta-se que as teorias apresentadas no começo do trabalho podem nos servir para compreender parte do universo que propomos estudar, mas ainda assim é necessário a realização de mais pesquisas empíricas, para teorizar diversad realidades como é o caso de países da região andina, com práticas, contextos e histórias tão diferentes.

## **Bibliografía**

ASPERS, P., BECKERT, J. Value in Markets, in *The Worth of Goods Valuation and pricing in the economy*. Edited by Jens Beckert and Patrick Aspers. Oxford, Oxford University Press. 2011.

BECKERT, J. The Social Order of Markets. In: *Theory and Society*. MPifG Journal Articles series. Max Planck Institute for the Study of Societies. Cologne. 2009.

CHENG, G. *Ferias y mercados de productores: Hacia nuevas relaciones campo-ciudad*. Editores: Gianmarco Cheng; Pierril Lacroix. Centro Peruano de Estudios Sociales. 2014.

COMUNIDAD ANDINA DE NACIONES – CAN. “Agricultura Familiar Agroecológica Campesina en la Comunidad Andina: Una opción para mejorar la seguridad alimentaria y conservar la biodiversidad”. Coord: Jorge Tello. Edición: Victor Juárez. Editora: Pull Creativo S.R.L. - Lima, 2011.

FLIGSTEIN, N., MCADAM, D. *A Theory of Fields*. Oxford: Oxford University Press. 2012.

GENDRON, C.; BISAILLON V. & OTERO, A. I. The institutionalization of Fair Trade: more than a degraded form of social action. *Journal of Business Ethics*. 2006.

HEINISCH, C. “Soberanía alimentaria: un análisis del concepto”. In: *Comercialización y soberanía alimentaria* / Editores: Francisco Hidalgo, Pierril Lacroix y Paola Román - Quito: SIPAE, 2013.

KARPICK, L. *Valuing the Unique: The Economics of Singularities*. Princeton, NJ: Princeton University Press. 2010.

KING, B. e PIERCE, N. The Contentiousness of Markets: Politics, Social Movements, and Institutional Change in Markets. *The Annual Review of Sociology*. 2010.

KIRWAN, E. La canasta comunitaria: una plataforma urbano-rural para la seguridad alimentaria. *Revista de Agroecología*. LEISA. Páginas 26 – 29, diciembre de 2008.

KUAN C, J. "La Crisis alimentaria: retos y oportunidades em los Andes", editora: Judith Kuan Cubillas. Perú – CIP. 2009.

LUDERS, JE. The economics of movement success: business responses to civil rights mobilization. *Am. J.Sociol.* 111:963–98. 2006.

MCADAM, D; TARROW, S; TILLY C. To map contentious politics. *Mobilization* 1:17–34. 1996.

PLOEG, J.D.V.D; JINGZHONG, Y; SCHNEIDER, S. Rural development through the construction of new, nested, markets: comparative perspectives from China, Brazil and the European Union, *The Journal of Peasant Studies*. 2012.

PORTILHO, F. Novos atores no mercado: movimentos sociais econômicos e consumidores politizados. *Revista Política e Sociedade*. Volume 8, número 15, outubro. Política e Sociedade. 2009.

SINE, WD; LEE, BH. Tilting at windmills? The environmental movement and the emergence of the U.S. wind energy sector. *Adm. Sci. Q.* 54:123–55. 2009.

SCHILLER-MERKENS, S. Framing Moral Markets: The Cultural of Social Movements in a Emerging market category. Max Planck Institute for the study of societies, Cologne, MpifG Discussion Paper 13-8. 2013.

SOULE, SA. *Contentious and Private Politics and Corporate Social Responsibility*. Cambridge, UK: Cambridge Univ. Press. 2009.

WILKINSON, J. *Sociologia Econômica, a Teoria das Convenções e o funcionamento dos Mercados*. Ensaio FEE. 2002.

## Consultas a sítios eletrônicos na internet

- Agrosolidaria, [www.agrosolidaria.org](http://www.agrosolidaria.org), (ago, 2014).
- MESSE - Movimento de Economía Solidaria del Ecuador, [www.messe.ec](http://www.messe.ec), (ago, 2014).